

COMO PROMOVER DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL A PARTIR DE TECNOLOGIAS SOCIAIS?

How to promote territorial development from social technologies?

Larissa Ferreira de Souza¹

Resumo: Diante do desafio de promover desenvolvimento territorial em um país com tamanha extensão como o Brasil as Tecnologias Sociais têm se apresentado como uma alternativa inovadora capaz de promover desenvolvimento nacional e atender as demandas locais. Isso é possível por meio da criação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Territorial apoiada nos princípios da Gestão Social. Diante dessa discussão, o presente estudo objetivou analisar como as Tecnologias Sociais se inserem na Política de Desenvolvimento Territorial Brasileiro. Para alcançar tal objetivo foi realizado um levantamento da bibliografia relacionada ao desenvolvimento territorial, tecnologias sociais e as políticas públicas ligadas a essas áreas. A relação entre Tecnologias Sociais e Gestão Social também foi estudada, além da realização de pesquisas junto a estudiosos do assunto e análise dos materiais publicados no Brasil acerca daquilo que tem sido desenvolvido em termos de TS. Os resultados alcançados mostraram que é alta a incidência dos princípios de Gestão Social dentro das iniciativas de TS desenvolvidas no país, comprovando que as Tecnologias Sociais podem ser utilizadas como ferramentas para a construção de uma política nacional que leve ao desenvolvimento dos territórios. Além disso, a inserção das TS na política de desenvolvimento territorial do Brasil se dá mediante o cumprimento dos princípios básicos da Gestão Social, principal pilar de sustentação dessa política, atuando as TS como complemento da Gestão Social e a Gestão Social como complemento da primeira.

Palavras Chaves: Cidadania. Participação. Gestão Social.

Abstract: Faced with the challenge of promoting territorial development in a country as large as Brazil, Social Technologies (ST) have presented themselves as an innovative alternative capable of promoting national development and meeting local demands. This is possible through the creation of a National Territorial Development Policy based on the principles of Social Management. In view of this discussion, the present study aimed to analyze how Social Technologies are part of the Brazilian Territorial Development Policy. In order to reach this objective, a bibliographical survey was carried out related to territorial development, social technologies and the public policies associated to these areas. The relationship between Social Technologies and Social Management was also studied, and it was conducted research with scholars and the analysis of materials published in Brazil about what has been developed in terms of ST. The results showed that the incidence of the Social Management principles within the ST initiatives developed in the country is high, proving that the Social Technologies can be used as tools for the construction of a national policy that leads to the development of the territories. In addition, the insertion of ST into Brazil's territorial development policy is achieved by complying with the basic principles of Social Management, the main pillar of sustainability of this policy, acting the ST as a

¹ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas - MG. larissasouzacts@gmail.com

complement to Social Management and Social Management as a complement to the former.

Keywords: Citizenship. Participation. Social Management.

1 INTRODUÇÃO

O desenvolvimento territorial tem sido visto como uma alternativa ao desenvolvimento de nações que não possuem domínio econômico. As críticas ao modelo de desenvolvimento baseado somente no crescimento econômico são variadas e vão desde a sua insustentabilidade, devido à necessidade de recursos não renováveis, até as críticas ao desequilíbrio territorial causada por este tipo de crescimento, que transforma a desigualdade de classes em desigualdades de regiões (FERREIRA, 2009).

No Brasil, essa abordagem de desenvolvimento passou a ser adotada pelo governo nos anos finais de 1990, quando se retomou o debate acerca do papel do Estado na promoção do desenvolvimento regional e chegou-se à conclusão de que deveria ser efetuada uma combinação de políticas governamentais de cima para baixo com iniciativas de desenvolvimento de baixo para cima. . A partir de então, várias iniciativas têm sido criadas com o objetivo de promover um processo de desenvolvimento pautado no protagonismo dos atores sociais. e nesse sentido iniciativas de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento territorial têm sido desenvolvidas tendo como base a gestão social.

A implantação da gestão social nas políticas públicas territoriais se deve às ações impulsionadas pelo Governo Federal do Brasil, sobretudo no âmbito do Programa Territórios da Cidadania, quando se tomou consciência da necessidade de inclusão participativa no processo de tomada de decisão (DIAS e PAIVA, 2015). Duas características passam a ser centrais na elaboração de tais políticas. “[...] Em

primeiro lugar, é preciso um ambiente marcado pela descentralização política e administrativa [...]. Em segundo lugar, é preciso desenhar ações que conduzam ao empoderamento da sociedade [...].” (SDT - MDA, 2005b, p.11)

Com a descentralização político-administrativa, acentua-se a consolidação da democracia por meio do empoderamento das comunidades locais no processo decisório no âmbito de políticas públicas. Além disso, a constituição de 1988 trouxe maior poder político aos municípios, onde passa a ocorrer uma maior compreensão de que o desenvolvimento de uma localidade não ocorre simplesmente pela aplicação de uma política pública, mas é necessária a criação de estratégias para que essas políticas possuam baixo custo, fácil aplicabilidade, impacto social comprovado, atendam aos objetivos das comunidades locais e que tenham os atores sociais como seus principais formuladores.

Diante dessas exigências na formulação de tais políticas, as Tecnologias Sociais se apresentam como uma importante ferramenta a ser utilizada na busca pelo desenvolvimento territorial, isto porque de acordo com a Rede de Tecnologia Social, as Tecnologias Sociais consistem em “produtos, técnicas e metodologias reaplicáveis, desenvolvidas por meio da interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social” (RTS, 2004).

O conceito de Tecnologia Social tem como elemento central os atores envolvidos na formulação de tecnologia. “A tecnologia social não corrobora a ideia de que universidades, institutos públicos de pesquisa ou organizações da sociedade civil escolham o problema a ser enfrentado e construam soluções tecnológicas de maneira isolada dos usuários-produtores” (FRAGA, 2011, p. 110). Ou seja, as políticas em que se baseiam as TS, buscam trazer o ator social para o centro da resolução de problemas, colocando-o como protagonista no processo de criação de políticas públicas da qual ele mesmo será o beneficiário.

Diante da necessidade de trazer os atores sociais para o centro da formulação de políticas públicas que levem ao desenvolvimento territorial (CORRÊA, 2009; SDT - MDA, 2005b) e do objetivo das políticas de Tecnologias

Sociais de formular um método de pesquisa que seja capaz de integrar conhecimento de ciência e tecnologia com conhecimento local por meio da participação popular, surge o seguinte questionamento que norteia a elaboração deste estudo: como as Tecnologias Sociais (TS) se inserem na política de Desenvolvimento Territorial Brasileira (PDTB)?

Entre as justificativas para a realização da presente pesquisa está a prerrogativa de que a descoberta de políticas públicas que sejam orientadas pelo público beneficiário consegue atingir um alcance muito maior do que aquelas que são construídas de acordo com o modelo *top down*, ou seja, “de cima pra baixo”, ou aquelas que são implantadas de acordo com sua implementação em outras realidades sem nenhum reajuste aos desafios locais.

Ao analisar as inter-relações entre as Tecnologias Sociais e a Política de Desenvolvimento Territorial Brasileira, será possível buscar soluções que promovam o crescimento de regiões menos desenvolvidas por meio de políticas de baixo custo, alta efetividade e que promovam o uso do processo de participação popular que garantem mais legitimidade e efetividade ao processo e que resulta no desenvolvimento do país.

Apresenta ainda como justificativa a participação da sociedade no processo de construção de políticas públicas que beneficiem a comunidade local, isso porque ao participar dessa construção, o indivíduo se sente inserido no processo político e democrático do seu território e com isso assume a sua responsabilidade como autor e usuário das políticas implantadas, e para que essa participação ocorra é fundamental o conhecimento da sociedade acerca da temática de Tecnologia Social.

2 POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL BRASILEIRA

O desenvolvimento territorial tem se tornado uma das mais utilizadas formas do Estado e dos atores locais atuarem no desenvolvimento local e no combate a pobreza por meio de políticas públicas (CORRÊA, 2009).

Ainda de acordo com a mesma autora, a partir de 1970 surgiram debates sobre o perfil que uma política devia ter para ser empregada no desenvolvimento de uma determinada localidade, e com a análise de experiências norte-americanas e europeias, estruturou-se a ideia de que o desenvolvimento de um espaço depende, sobretudo, da organização de sua sociedade em relação aos objetivos que esta pretende alcançar (CORRÊA, 2009)..

Diante desses debates acerca de políticas públicas territoriais, o MDA e a SDT, definiram alguns pontos chaves que devem ser considerados na formulação e implementação de tais políticas, tendo como pilar a gestão social (SDT-MDA, 2005-C).

Para atender aos objetivos traçados pela SDT e pelo MDA, as políticas públicas de desenvolvimento territorial devem ter um pleno envolvimento das forças sociais existentes nos territórios, e para isso devem atender aos princípios da gestão social que caracterizam as iniciativas de desenvolvimento dos territórios, sendo eles: planejamento, organização e controle social, e como esses princípios e a sua metodologia de implantação podem variar de território para território, o importante é manter dentro de cada processo os princípios de participação, descentralização, democracia e transparência podendo ser eles utilizados de formas e em etapas distintas.

2.1 Políticas Públicas e Tecnologia Social

Em um país com infraestrutura ainda deficiente, com uma extensão territorial tão distinta como o Brasil, o desenvolvimento nacional deve ser pensado a partir de lógicas locais, com participação popular e criação de tecnologias que possibilitem a

satisfação das necessidades particulares de cada região e a partir da satisfação dessas necessidades atingir o desenvolvimento territorial como um todo.

Nesse sentido, a Tecnologia Social busca formular um método de pesquisa que seja capaz de integrar conhecimento de ciência e tecnologia com conhecimento local através da participação popular..

A partir dessa visão de trazer a participação popular para o centro da discussão, busca-se acabar com a premissa de que a responsabilidade de criar soluções para os inúmeros problemas cotidianos seja de especialistas com formações técnicas e metodologias prontas. A proposta da Tecnologia Social é que essas soluções sejam criadas por moradores, associações de bairros, ONGs, movimentos sociais que criem tecnologias capazes de atender seus anseios ou adequem uma metodologia já existente e que seja capaz de se moldar as características de cada realidade.

A partir de 1990, o estudo sobre políticas públicas no Brasil ganhou uma nova roupagem, frutos de novas tendências vindas de aspectos contextuais e históricos.

Com a democratização, a crise do Estado de bem estar social e a iminente ascensão de agendas neoliberais, a atuação por parte do Estado na área social foi colocada em jogo, aliado a tudo isso, a crise fiscal existente no país nos anos 1980 e início dos anos 1990 limitou a capacidade do Estado de dar respostas à crise social enfrentada.

Este novo cenário culminou na criação de novas parcerias entre o Estado e a sociedade civil, garantindo uma nova comunicação destes com o setor privado para garantir a provisão de serviços públicos. É a partir dessa nova relação entre Estado e sociedade civil que as políticas públicas baseadas em Tecnologia Social estão se estruturando. Para que uma Tecnologia Social seja considerada política pública o primeiro passo é reconhecer a sociedade civil e os atores locais como as peças chaves da formulação e implementação dessa política.

A elaboração de políticas públicas de Tecnologia Social deve levar em conta as necessidades e problemas da população em situação de exclusão social ou sem poder econômico para buscar soluções para seus problemas (ITS BRASIL, 2012).

De acordo com o instituto de Tecnologia Social (ITS) (ITS, 2004; 2007) a Tecnologia Social é dividida em quatro dimensões: conhecimento, ciência, tecnologia e inovação; participação, cidadania e democracia; educação; relevância social e dentro de cada uma dessas dimensões há uma série de propriedades ou características das Tecnologias Sociais que uma política pública deve conter para ser classificada como Tecnologia Social.

A dimensão de aplicação de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação diz respeito à busca pelo desenvolvimento mediante relação com a comunidade; Desse modo, por meio da união entre saberes acadêmicos e populares oferece soluções simples para problemas cotidianos, o que significa que estas tecnologias possuem uma relação indissociável com a sociedade, tendo em vista que são voltadas para a melhoria e evolução desta (SEIXAS; LIMA; LIMA, 2015).

A dimensão da participação, cidadania e democracia está relacionada à característica das Tecnologias Sociais de não visar apenas construir soluções para problemas da sociedade, mas integrar essas soluções à participação democrática. A essência da Tecnologia Social é a sua criação, desenvolvimento e implementação em ambientes democráticos (ITS-BRASIL, 2012).

A dimensão da educação visa proporcionar efetivo aprendizado na comunidade participante. Os benefícios das Tecnologias Sociais derivam não só da participação popular na formulação das Políticas Públicas, mas também da intenção educativa que está presente na grande maioria das Tecnologias Sociais.

Outra característica marcante das Tecnologias Sociais é a valorização dos conhecimentos populares. As comunidades geralmente valorizam a importância que cada tipo de conhecimento (popular e técnico) tem para a produção de políticas públicas e, “por esse motivo, muitas das TS trabalham na interação entre esses dois saberes e, em muitos casos, desenvolvem-se diversas parcerias entre as

instituições de ensino e as entidades que as desenvolvem” (ITS - BRASIL, 2012, p.15).

A dimensão da Relevância Social como características das TS, está relacionada à sua capacidade de resolução dos problemas ou demanda social para a qual ela foi criada.

De acordo com Costa (2013, p. 12) “[...] a proposta da Tecnologia Social, por sua própria natureza, tem como elemento constitutivo o empoderamento e a participação dos usuários na concepção e gestão de instrumentos e metodologias capazes de melhorar suas condições de vida”.

2.3 Conexões Entre A Gestão Social Dos Territórios E As Dimensões De Ts

Atualmente um dos grandes desafios impostos às Tecnologias Sociais é fazer com que essas tecnologias se efetivem em políticas públicas sem que elas percam a dimensão da produção e construção ligadas aos saberes, práticas e especificidades de cada comunidade participante (COSTA, 2013). Sendo a gestão social uma forma de gestão caracterizada pela tomada de decisão coletiva, dialógica e transparente, a união das TS com os princípios da Gestão Social possibilita o desenvolvimento de políticas públicas sem que para isso as TS precisem recorrer a processos padronizados de produção.

O conceito de Gestão Social adotado na perspectiva da abordagem territorial apresenta alguns elementos chaves que devem caracterizar as iniciativas de políticas públicas voltadas a essa temática. São eles: planejamento participativo, organização descentralizada, direção democrática, controle social transparente e sustentabilidade (SDT-MDA, 2005).

O planejamento participativo se refere à característica dessa forma de gestão de criar ações e tomar decisões por meio de processos participativos que promovam diálogo e crescimento social. O princípio da organização descentralizada visa distribuir tarefas entre os diferentes atores sociais fazendo com que esses atores

trabalhem em comunidade visando o bem comum. O princípio da direção democrática e do controle Social visam democratizar o conhecimento permitindo aos indivíduos participar das decisões por meio de processos dialógicos transparentes. As iniciativas de Gestão Social são planejadas para serem sustentáveis e são baseadas na cooperação entre seus membros o que resulta em crescimento e transformação social (DUQUE, 2015; SDT-MDA, 2005). Por sua vez as iniciativas de Tecnologias Sociais devem obedecer a quatro dimensões, conforme já apresentado.

Ao apresentar as características dos princípios da GS e das dimensões de TS, fica clara a relação de complementaridade que há entre eles, e alguns elementos que aparecem como peças chaves em ambos os conceitos devem ser utilizadas na criação de políticas públicas que visem alcançar desenvolvimento por meio de práticas de gestão social aliadas a iniciativas de TS. São eles: planejamento participativo; descentralização; democracia, controle social e conhecimento; e transformação social sustentável. Para fins de análises esses elementos chaves serão denominados aqui de Macroprocessos.

Duque (2015) apresenta uma discussão acerca da relação entre Gestão Social e Tecnologias Sociais. De acordo com a autora, na Gestão Social as ações são definidas e as decisões são tomadas por meio de um planejamento participativo que promova diálogo e crescimento social. Já as iniciativas de TS visam articular a sociedade, fazendo com que ela trabalhe em conjunto, de tal modo que se alcance o desenvolvimento (DUQUE, 2015).

Por meio da gestão descentralizada, a GS visa distribuir tarefas entre os diferentes atores sociais fazendo com que esses atores trabalhem em comunidade visando o bem comum. Já as TS buscam inserir esses atores sociais no processo de desenvolvimento, fazendo isso por meio de tecnologias que coloquem os beneficiários das políticas como seus atores centrais (DUQUE, 2015).

A Gestão Social, fazendo uso da democracia, permite aos indivíduos participar das decisões por meio da utilização de diferentes tipos de conhecimentos

e de processos dialógicos transparentes. Já as TS promovem o diálogo e fazem com que as tomadas de decisões deixem de ter um cunho coercitivo e se tornem uma decisão coletiva, ou seja, as TS aproximam os indivíduos devido ao seu contexto coletivo (DUQUE, 2015).

As iniciativas de Gestão Social são planejadas para serem sustentáveis e são baseadas na cooperação entre seus membros o que resulta em crescimento e transformação social. Essas características dialogam com as TS que visam garantir eficácia, sustentabilidade e transformação social (DUQUE, 2015).

3 METODOLOGIA

3.1 Classificação da pesquisa

O presente artigo se classifica como uma pesquisa qualitativa por adotar uma estratégia de pesquisa que será direcionada ao longo do seu desenvolvimento, com um foco amplo de interesses.

Quanto aos objetivos, classifica-se como exploratória, visto que o estudo pretende analisar as Tecnologias Sociais e a sua relação com o Desenvolvimento Territorial. Além disso, a área de Tecnologia Social ainda é pouco explorada no Brasil, não existindo muitos estudos acerca do tema, e quando se relaciona TS com o desenvolvimento territorial às respostas são ainda mais escassas.

3.2 Objeto de Estudo

A pesquisa apresenta como objeto de estudo as Tecnologias Sociais. Esse tipo de tecnologia consiste no “Conjunto de técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social e melhoria das condições de vida” (ITS-Brasil, 2007, p. 29).

As iniciativas de TS começaram a ser mais difundidas em 2004 quando o ITS realizou uma extensa pesquisa chamada Mapeamento Nacional de Tecnologias Sociais produzidas ou utilizadas por ONGs. Mais de oitenta instituições – entre ONGs, associações comunitárias, movimentos sociais, cooperativas, universidades, centros de pesquisa, poder público e órgãos financiadores de C&T – participaram das atividades. O resultado desse Mapeamento Nacional de TS, assim como as demais publicações realizadas pelo ITS nos anos seguintes foram usados como objeto de análise desta pesquisa.

3.3 Coleta de dados

Quanto aos procedimentos de coleta de dados foram utilizados dois métodos. Primeiro, por meio de entrevistas com pesquisadores das áreas de Tecnologia Social e Desenvolvimento, que serão utilizadas como pilar de sustentação das discussões posteriormente realizadas e uma análise das publicações realizadas pelo ITS-Brasil, e do Projeto de Lei do Senado que institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

A entrevista se constitui como uma alternativa para a coleta dados não documentais sobre determinado tema. É uma técnica de interação social em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informações. As entrevistas de caráter exploratório, relativamente estruturada foram realizadas com pesquisadores das áreas de TS e Desenvolvimento.

Para a escolha dos entrevistados foi realizado um levantamento junto ao sítio Google na função “Pesquisa web”, e selecionados autores que desenvolveram estudos nas áreas de TS e Desenvolvimento. Foram levantados também nomes de pesquisadores junto ao sítio do ITS Brasil e autores que foram citados no referencial teórico deste trabalho.

As pesquisas no Google foram realizadas usando os seguintes termos de busca: “Tecnologias Sociais”, “Desenvolvimento” e “Desenvolvimento Territorial”. Com a busca foram levantados vários trabalhos com a temática pesquisada e seus

respectivos autores. A saturação da pesquisa se deu por meio da análise de todos os trabalhos publicados que faziam menção às TS e ao Desenvolvimento Territorial Brasileiro e a seleção daqueles que tinham ligação direta com o tema estudado.

Após o levantamento desses autores foi analisado o currículo Lattes de cada um e escolhido 50 nomes que desenvolveram trabalhos nas áreas de TS e Desenvolvimento Territorial e que tem essas temáticas como principal fonte de pesquisa.

Após a análise do currículo e escolha dos nomes dos pesquisadores que seriam entrevistados foi encaminhado para cada um deles via e-mail, um total de 3 questões que juntamente com a análise dos projetos deram embasamento para a análise.

A escolha do número de entrevistados foi feita levando-se em conta a dificuldade que esse tipo de entrevista via e-mail tem na obtenção de respostas. A estimativa foi de que destes 50 em torno de 4 a 10 respondessem às perguntas de maneira satisfatória. O quadro 1 apresenta informações sobre os entrevistados respondentes.

Quadro 2 - Biografia dos entrevistados

Nome do Entrevistado	Biografia
Cynthia Carvalho	Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (1994), mestrado em Políticas Públicas pela mesma Universidade (2000) e doutorado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (2008). Atualmente é professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão.
Henrique Tahan	Possui graduação em Ciências Econômicas pela Unesp - Araraquara (2001) e mestrado (2005) e doutorado (2010) em Política Científica e Tecnológica pela Unicamp.
Eric Sabourin	Coordenador da Rede "Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural na América Latina" Rede PP-AL. Tem experiência na área de antropologia econômica e sociologia rural, atuando principalmente em análise de políticas públicas de desenvolvimento local e territorial
ITS Brasil	Instituto sem fins lucrativos que tem como objetivo promover a geração, o desenvolvimento e o aproveitamento de tecnologias voltadas para o interesse social. O Instituto desenvolve entre outras atividades modelos estratégicos de políticas públicas e privadas a fim de fomentar geração de trabalho e renda e o desenvolvimento socioeconômico.

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Para a escolha dos documentos analisados, optou-se por aqueles de responsabilidade do Instituto de Tecnologias Sociais (ITS). A decisão de optar por trabalhos do ITS deve-se a relevância que o instituto possui diante das pesquisas sobre Tecnologias Sociais realizadas no país, sendo ele o responsável pela criação de uma metodologia capaz de analisar de forma simples a diversidade de TS inseridas no complexo contexto das comunidades.

Para acesso aos documentos do instituto, foi realizada uma visita ao sítio eletrônico do ITS-Brasil². Em seguida, foram criadas pastas na extensão “Dropbox” para download e armazenamento dos materiais referente a cada tipo de publicação.

3.4 Análise de dados

A análise dos dados e o estabelecimento das relações entre Tecnologias Sociais e Desenvolvimento Territorial ocorreram por meio da seguinte triangulação: análise dos dados coletados junto ao ITS e do PLS 111/2011, entrevista com os pesquisadores de TS e DT e análise do referencial teórico construído ao longo do desenvolvimento do presente estudo.

Os documentos analisados são o resultado das publicações do ITS Brasil a cerca de TS. Esse material é composto por oito artigos identificados pelo código A1 a A8, dez cadernos com o código C1 a C10, cinco cartilhas CA1 à CA5, três manuais M1 a M3, nove revistas R1 a R9 e cinco projetos P1 a P5.

Para a análise desse material foram utilizadas as técnicas *skimming* e *scanning*, com o objetivo de identificar se aquilo que atualmente tem sido produzido no Brasil sobre Tecnologias Sociais atendem aos macroprocessos oriundos da relação entre Gestão Social dos Territórios e as Dimensões da TS.

² <https://www.itsbrasil.org.br/publicacoes-its-brasil/>

A estratégia de leitura chamada *Skimming* é um tipo de leitura que busca o maior número possível de informações ao primeiro contato com o texto, é utilizada para identificar a ideia central do texto e levar o leitor a decidir se continua ou não com a leitura. A estratégia *Scanning*, por sua vez, é uma complementação da primeira. Na verdade, ela geralmente acontece depois que fazemos um *skimming* no texto. *Scanning* é, portanto, um tipo de leitura (mais detalhada e atenta) que faz com que o leitor obtenha informações específicas dentro do texto.

O quadro a seguir apresenta os macroprocessos já discutidos anteriormente no referencial teórico e estabelece um código para cada um deles.

Quadro 3 - Macroprocessos

Macroprocessos	Código
Planejamento Participativo	MP1
Descentralização	MP2
Democracia, Controle Social e Conhecimento	MP3
Transformação Social Sustentável	MP4

Fonte: Elaborado pelo autor (2017)

Na próxima seção serão apresentados os resultados das análises realizadas nos materiais do ITS e no Projeto de Lei do Senado 111/2011 relativo ao atendimento dos Macroprocessos e as discussões relativas ao conteúdo do material utilizado (entrevistas, documentos etc.).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As TS possuem algumas características singulares que fazem com que elas se apresentem como alternativas para a solução dos problemas da sociedade. “Ao vincular as Tecnologias Sociais a programas governamentais a Administração Pública incorpora as Tecnologias Sociais como forma de construir modelos para políticas públicas” (DUQUE, 2015, p.118) e ao analisar os projetos desenvolvidos na área de TS (aqueles organizados pelo ITS-Brasil), vê-se que na sua grande maioria esses projetos atendem aos macroprocessos que devem nortear uma política de desenvolvimento territorial.

Temas como cidadania; participação; sustentabilidade; inclusão social; aquisição de conhecimento pela parcela mais excluída da população; utilização de tecnologias para a geração de conhecimento, renda e desenvolvimento; tecnologia como elemento gerador de participação e democracia; necessidade de maior integração entre universidade e empresas; utilização dos princípios de organização, planejamento, avaliação, democracia, descentralização e participação nas diversas áreas em que as Tecnologias Sociais atuam; entre outros, são pontos essenciais presentes nos projetos que tem sido desenvolvido no Brasil ligado as TS.

De acordo com os resultados das análises dos projetos e com aquilo que a literatura acerca do tema apresenta, pode-se apontar as iniciativas de desenvolvimento pautado nas Tecnologias Sociais como uma alternativa para a formulação de uma Política Nacional de Desenvolvimento Territorial. Segue as justificativas dessa afirmação.

É alta a incidência dos Macroprocessos definidos anteriormente como princípios fundamentais que devem pautar as iniciativas de uma Política Nacional de Desenvolvimento Territorial, dentro daquilo que tem sido produzido em termos de TS no Brasil.

Presente em cerca de 95% do material analisado, o Macroprocesso 1 que corresponde ao Planejamento Participativo é o macroprocesso que mais aparece, estando presente de maneira mais significativa no artigo 1 (A1), nos cadernos 2, 8 e 9 (C2, C8 e C9) na cartilha 5 (CA5) no Projeto 2 (P2) e no Projeto de Lei do Senado que Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.

Já na sua definição, o PLS 111/2011 diz que as TS devem ser desenvolvidas ou aplicadas em interação com a população e estabelece como princípio dessa política a adoção de formas democráticas de atuação.

O caderno 2 e o projeto 2 trazem o exemplo do Banco Palmas, uma iniciativa que envolveu planejamento participativo local e culminou com o desenvolvimento do Conjunto Palmeira, um bairro de 32.000 habitantes localizado na periferia de Fortaleza. O banco é gerido pela Associação dos Moradores do Conjunto

Palmeira, conhecido por sua sigla ASMOCONP, da qual a maioria da equipe é voluntária (PROJETO 2).

O exemplo do Banco Palmas é um dos mais conhecidos projetos de desenvolvimento participativo que deu certo, resultado daquilo que aparece no caderno 2, que diz que o desenvolvimento deve considerar aquilo que as pessoas, os cidadãos comuns têm a dizer a respeito de como consideram o que deveria ser o desenvolvimento, que rumos querem dar a seu futuro e ao do seu território. Para o projeto, os cidadãos têm direito de participar do seu próprio desenvolvimento, trata-se de uma questão de poder.

O desenvolvimento deve ser participativo, pois isto significa, em última instância, que o processo democrático está se fortalecendo, o que tem representado uma das principais garantias com relação ao desenvolvimento humano de um país ou comunidade. A democracia é o processo em que as diferentes vozes de uma sociedade conseguem manifestar-se e são respeitadas (CADERNO 2).

O segundo Macroprocesso corresponde à descentralização. De acordo com esse macroprocesso, o usuário das tecnologias deixa de ser consumidor e se torna ator central das políticas públicas desenvolvidas. Este macroprocesso aparece em 73% dos projetos analisados tendo destaques nos cadernos 4, 5, 6, 7, 10 (C4, C5, C6, C7, C10), nas cartilhas 1 e 2 (CA1, CA2) e nas revistas 3 e 5 (R3, R5).

Um exemplo importante desse protagonismo dos atores sociais se encontra no Caderno 4, que apresenta algumas discussões sobre a agricultura familiar, uma importante estratégia para o desenvolvimento do país, seja pela oportunidade de gerar emprego e renda o que permite aos agricultores buscar sua independência financeira, seja por sua importância na oferta de alimentos.

Outro exemplo marcante que mostra o protagonismo desses atores está presente na Revista 5, onde organizados em cooperativas, fóruns e movimento nacional, catadores de lixo melhoram sua renda e buscam participar das políticas públicas, atuando nessas políticas como peça essencial.

O macroprocesso 3, Democracia, Controle Social e Conhecimento está presente em aproximadamente 68 % dos projetos analisados, entre eles, nos cadernos 1, 3, 5 e 6 (C1, C3, C5, C6), nas revistas 7 e 8 (R7, R8), na cartilha 3 (CA3) e nos projetos 1 e 5 (P1, P5).

Para se alcançar direção democrática com controle social transparente, é fundamental proporcionar à sociedade acesso ao conhecimento por meio da educação. Como apresenta o caderno 3, a educação se refere ao desenvolvimento das capacidades humanas, ao aprendizado de conteúdos e habilidades que poderão auxiliar os indivíduos para estarem mais bem preparados para participar da construção da sociedade.

E como se encontra no caderno 1, a participação popular na construção da sociedade é um caminho que traz grandes vantagens, mas que só é alcançado quando se tem um processo de participação democrático com uma gestão transparente.

Iniciativas que apresentam direção democrática proporcionada pelo conhecimento são desenvolvidas, em instituições como a Fundação para o Desenvolvimento de Comunidades Pesqueiras Artesanais (FUNDIPESCA), uma fundação que se baseia na inter-relação entre os setores da saúde, educação, trabalho e renda, identificando os problemas relativos a esses setores e elaborando soluções para tais problemas utilizando as Tecnologias Sociais (PROJETO 1).

Dentro dos projetos desenvolvidos pela Fundipesca, destacam-se na área do conhecimento e educação os projetos “Barco-Escola e Estaleiro-Escola”, esses projetos juntamente com o Centro de Treinamento Padre Barturen foram criados visando à melhoria da educação dos pescadores, destacando-se a formação técnica e humana, consideradas alicerces para a construção do desenvolvimento. As capacitações possibilitam troca de conhecimento de forma que todos evoluam em suas competências, independente da escolaridade, gênero ou idade (PROJETO 1).

As ações da Fundipesca apresentam também um diagnóstico rápido participativo a partir do qual se discutem e avaliam as propostas de intervenção que gerem melhores resultados para a coletividade, o que faz com que as ações sejam realizadas de maneira transparente.

Nos projetos da Fundipesca, a direção democrática aparece retratada na autonomia gerada pela transmissão de conhecimento. São escolhidos representantes das comunidades maiores de 18 anos e eles passam por uma capacitação teórica e prática no centro de Pesquisa e Capacitação Padre Barturen, nessa capacitação eles são instruídos a manusear as ferramentas de marcenaria naval, construir embarcações e fazer reparos em fibra de vidro, além de fabricar suas próprias armadilhas para capturas diversas.

Promover uma Transformação Social Sustentável é a base do quarto macroprocesso que aparece em 63% de todo material analisado, principalmente nos cadernos 1, 4 e 10 (C1, C4, C10), nas cartilhas 1, 2 e 3 (CA1, CA2, CA3), e nos projetos 4 e 5 (P4, P5).

Um Exemplo de iniciativa de TS voltada ao desenvolvimento sustentável que tem dado frutos é o ISPN, discutido no projeto 4 (P4). O Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) é um centro de pesquisa brasileira sem fim lucrativo que atua desde 1990 em Brasília e desenvolve ações focadas na sustentabilidade socioambiental do meio rural brasileiro, buscando viabilizar desenvolvimento sustentável com equidade social e equilíbrio ambiental.

Para isso, o instituto financia projetos que atendam aos requisitos de inovação, reapplicabilidade, participação da comunidade na produção e gestão do conhecimento, adequação técnica e relevância social, caracterizando-se como um canal de fomento e campo de experimentação para as TS que visem promover desenvolvimento sustentável aliado a transformação social (PROJETO 4).

Atuando em conjunto com a sociedade, as TS voltadas para a sustentabilidade e transformação social não visam apenas minimizar ações que impliquem em impactos socioambientais negativos, mas principalmente atuam na

busca de impactos positivos para a sociedade, tendo em vista a sustentabilidade em longo prazo, inclusive para as futuras gerações, como descrito no caderno 1.

Enfim, como bem lembra a cartilha 3,

A sustentabilidade faz-se presente a cada momento do processo de produção do conhecimento e aponta para uma transformação, no sentido de redução das desigualdades, convivência harmônica do homem com a natureza, melhores condições de preservação ambiental e relações solidárias na produção e distribuição de riquezas e conhecimentos (CARTILHA 3, p. 9).

Diante desses resultados, ficam evidentes que as áreas em que as TS têm atuado são áreas essenciais para se buscar o desenvolvimento e levar as diferentes regiões do país a um desenvolvimento consolidado. No entanto, apesar de todos os benefícios proporcionados por essas tecnologias, elas ainda encontram muitas limitações para o seu pleno desenvolvimento.

Como apontam os pesquisadores Cynthia Carvalho, Henrique Tahan e Eric Sabourin, as Tecnologias Sociais no Brasil ainda estão no seu estágio inicial e elas só têm acontecido por iniciativas de organizações não governamentais. A falta de apoio governamental para essas tecnologias fica evidente quando apenas 1% dos recursos da Política Nacional de Ciência e Tecnologia é investido nos projetos de TS, e essa falta de investimento do governo faz com que as TS sejam desconhecidas e não apareçam como uma Política Pública forte capaz de gerar desenvolvimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente estudo apresentou a relação existente entre as Tecnologias Sociais e a Gestão Social, principal forma de gestão das políticas públicas que visam alcançar Desenvolvimento Territorial. Procurou também demonstrar como essas Tecnologias Sociais podem ser utilizadas na formulação de uma política pública nacional que promova desenvolvimento territorial.

Esta relação foi comprovada após a análise das experiências que tratam das Tecnologias Sociais no Brasil, entrevista com pesquisadores da área e análise da literatura referente tanto as TS quanto ao Desenvolvimento Territorial Brasileiro, assim como as políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas dentro dessa temática.

No entanto, apesar da atuação das Tecnologias Sociais em áreas estratégicas do desenvolvimento, sua plena disseminação ainda encontra muitos entraves, principalmente no que diz respeito ao apoio governamental.

Por outro lado, não há no Brasil uma Política de amplitude nacional que direcione os esforços para a promoção do desenvolvimento territorial, e é nesse ponto que ocorrem as interfaces e conexões da TS com a Política de Desenvolvimento Territorial, pois ao integrar as Tecnologias Sociais com a Gestão Social a ideia é construir uma política nacional que tenha como pano de fundo a Gestão Social, mas que utilize as Tecnologias Sociais como ferramenta de execução.

A Política Nacional de Desenvolvimento Territorial seria construída a partir das interfaces e conexões entre as TS e a GS. Essa política se embasaria nos princípios de participação, descentralização, democracia, transparência e sustentabilidade que norteiam o conceito de Gestão Social.

O diferencial dessa política seria sua forma de execução, que não é padronizada para todo o país como acontece, por exemplo, com o Bolsa Família. Ou seja, a proposta é que não haja um caminho único a ser seguido para chegar ao desenvolvimento territorial, mas que cada localidade de acordo com as suas características e limitações crie sua própria estratégia de desenvolvimento por meio da utilização de Tecnologias Sociais, e que essas estratégias atendam aos princípios da gestão social.

A política funcionaria da seguinte maneira: O governo federal disponibilizaria uma espécie de plataforma online onde gestores públicos, sociedade civil, ONGs e etc, teriam acesso e poderiam cadastrar suas ideias que tenham como objetivo

resolver problemas sociais e conseqüentemente promover desenvolvimento local. Essas ideias passariam por análises e receberiam sugestões de especialistas e aquelas que atendessem aos princípios da Gestão Social e das Tecnologias Sociais e cumprissem seu objetivo de responder as demandas locais gerando desenvolvimento seriam incluídas na política pública, e como recompensa essas ideias receberiam fomento do governo para sua execução na localidade onde ela foi desenvolvida.

Assim, uma ideia vinda do Nordeste do país que resolva o problema da seca pode ser considerada uma política pública pertencente à PNDT, assim como uma ideia que resolva o problema das enchentes nos grandes centros urbanos também, bastando para isso que ambas atendam aos princípios da gestão social e aos quesitos das Tecnologias Sociais de simplicidade, baixo custo, fácil aplicabilidade (e reapplicabilidade) e impacto social comprovado.

Com isso a população seria beneficiada, pois teriam suas demandas atendidas. Os governos municipais teriam uma fonte de recursos extra, vindo do governo federal para executar tais iniciativas e gerar desenvolvimento local, aumento também sua fonte de arrecadação. E o governo federal, apesar do investimento inicial, teria como retorno municípios desenvolvidos o que acarreta maior recolhimento de impostos e como consequência desse desenvolvimento local o desenvolvimento territorial.

Sendo assim, a PNDT sustentada pelos princípios da gestão social e tendo as tecnologias sociais como ferramenta de execução poderá atender de maneira satisfatória todo o extenso território do Brasil, promovendo ao mesmo tempo uma política de desenvolvimento que seja nacional, mas que atenda de maneira específica às necessidades peculiares de cada localidade. Para que isso aconteça de fato, é necessário investimento público, mobilização dos movimentos sociais e organizações não governamentais, participação popular e apoio das universidades e institutos de pesquisas.

Não é objetivo do presente estudo formular uma política pública que resolva o problema do desenvolvimento nos territórios, mas apresentar sugestões que possam despertar o interesse para o desenvolvimento de futuras pesquisas na área, e quem sabe, aliando conhecimento popular ao conhecimento científico possamos propor soluções para este que é um dos principais entraves ao desenvolvimento do país.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Vanessa Petrelli. **Desenvolvimento territorial e a implantação de políticas públicas brasileiras vinculadas a esta perspectiva**. 2009. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/boletim_regional/091220_boletimregional3_cap3.pdf>. Acesso em 23/04/2017

COSTA, Adriano Borges, (Org.) **Tecnologia Social e Políticas Públicas**. -- São Paulo: Instituto Pólis; Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2013. 284 p.

DIAS, T.F; PAIVA, J. A de. **Gestão Social e Desenvolvimento Territorial: um olhar a partir processo de governança dos Colegiados Territoriais Brasileiros**. Revista de Ciências da Administração, Florianópolis, p. 91-105, dez. 2015. ISSN 2175-8077. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/adm/article/view/42207>>. Acesso em: 15 jul. 2017. doi:<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8077.2015v17nespp91> . Acesso em 15 jul 2017

DUQUE, T.O. **Tecnologia social e gestão social: interfaces e conexões**. 2016. 150p. Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufla.br/handle/1/10813> . Acesso em 20 jun 2017

FERREIRA, J. **Do desenvolvimento local ao desenvolvimento territorial**. In; XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, São Paulo. **Anais...** Rio de Janeiro; CPDA/Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009, p. 1-21,. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Ferreira_J.pdf. Acesso em: 27 jun 2017

FRAGA, Laís. Autogestão e tecnologia social: utopia e engajamento. In: BENINI, Édi A., FARIA, M. S; NOVAES, H. T., et al. (orgs) **Gestão pública e sociedade: fundamentos e políticas públicas de economia solidária**. 2v. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p.101-124. Disponível em:

<http://cirandas.net/articles/0010/1179/Livro_Gestao_Publica_Sociedade.pdf>.

Acesso em: 18 out 2016

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Caderno de Debate - Tecnologia Social no Brasil**. São Paulo: ITS, 2004.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Conhecimento e Cidadania 1: Tecnologia Social**. São Paulo: ITS, 2007.

ITS - INSTITUTO DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia social: Experiências exemplares I**. São Paulo: ITS, 2012.

REDE DE TECNOLOGIA SOCIAL. **Tecnologia Social: Conceito**. Disponível em: <https://www.ritimo.org/Rede-de-Tecnologia-Social> . Acesso em: 06 jul 2017

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - SDT/ MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA (2005) **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais**. Série Documentos Institucionais. Brasília: novembro de 2005b. Disponível em: http://sge.mda.gov.br/bibli/documentos/tree/doc_216-28-11-2012-11-38-397290.pdf. Acesso em: 10 Mar. 2017

SEIXAS, A. Si, et al. **As tecnologias sociais como instrumento para o desenvolvimento nacional**. Revista GEINTEC-Gestão, Inovação e Tecnologias, v. 5, n. 4, p. 2678-2688, 2015.